

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ILHABELA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL 01.2024

SUPERIOR COMPLETO – TARDE

CARGOS: 304 (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – INTÉRPRETE DE LIBRAS), 305 (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO), 306 (PROFESSOR DE PROJETOS – MEIO AMBIENTE, LEITURA, JOGOS DE RACIOCÍNIO, JOGOS E BRINCADEIRAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, PROJETO DE CONVIVÊNCIA E PROJETO DE VIDA), 307 (PROFESSOR DE ARTE), 308 (PROFESSOR DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS), 309 (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA), 310 (PROFESSOR DE GEOGRAFIA), 311 (PROFESSOR DE HISTÓRIA), 312 (PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA), 313 (PROFESSOR DE MATEMÁTICA) E 314 (PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA)

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

Questão 2

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem 11.9. “não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo. 11.9.2. Fora do prazo estabelecido. 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente. 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 11.9.5. Contra terceiros. 11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. 11.11. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 3

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem 11.9. “não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo. 11.9.2. Fora do prazo estabelecido. 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente. 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 11.9.5. Contra terceiros. 11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. 11.11. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 4

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito se encontram corretos e não há o que ser alterado. A alternativa B (O princípio do minimalismo é que todos tem algo para jogar fora.) está incorreta porque a palavra “tem” precisaria ser acentuada (têm), já que deveria estar no plural para concordar com a palavra “todos”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL (TODOS OS CARGOS)

Questão 7

O recurso é improcedente, pois o tema é transversal, mas de natureza obrigatória. O parágrafo 9º coloca o termo “será”, marcando essa obrigatoriedade, e não “poderá”.

Ademais, a proposição II está correta, conforme a LDBEN, artigo 26, §9º; a proposição III está correta, conforme a LDBEN, artigo 26, §2º; e a proposição IV está incorreta, observando-se que a questão faz menção direta à LDBEN e não à BNCC.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 9

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” traz o termo “sempre”, quando a LDBEN define em seu artigo 58º, § 1º que: “Haverá, **quando necessário**, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” (**grifo nosso**)

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 10

O recurso é improcedente, pois o edital do concurso em “CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO – COMUM A TODAS AS FUNÇÕES” definiu que o candidato deveria ter conhecimento sobre “planejamento, procedimentos de ensino; currículo e **avaliação (grifo nosso)**; assim como da LDBEN. Embora a questão exija que o candidato conheça a bibliografia atualizada sobre avaliação, ela poderia ser revolvida aplicando-se a letra “a” do item V, do artigo 24 da LDBEN: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Assim observamos que: a letra “A” não está de acordo com a LDBEN, pois coloca em relevo os aspectos quantitativos e não os qualitativos; a letra “B” não está de acordo com a LDBEN, pois dá ênfase às provas finais; e a letra “D” não está de acordo com a **LDBEN**, pois não traz o princípio da avaliação contínua e formativa; princípio que é apresentado na alternativa “C”, quando propõe um conjunto de avaliações.

Ademais, o candidato não apresenta argumentação consistente que contradiga as sentenças, somente cita alguns autores que trabalham com o tema da avaliação.

A BNCC não trata sobre o tema da avaliação, com exceção do texto contido em sua introdução:

“construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos” (BNCC, p. 17)

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 12

O recurso é improcedente, pois cabe ao professor, segundo a LDBEN, zelar pela aprendizagem do aluno. Observa-se ainda que nem sempre há um acompanhamento especializado por parte da família.

Ademais, nesse sentido, deve recorrer a todas as estratégias para chamar atenção dos alunos para a relação de ensino-aprendizagem.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 15

O recurso é improcedente, pois embora se tenha que ficar atento às brigas e às desavenças, os conflitos são inerentes à formação dos grupos, devendo ser trabalhados por meio do diálogo, e não evitados.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 306 (PROFESSOR DE PROJETOS – MEIO AMBIENTE, LEITURA, JOGOS DE RACIOCÍNIO, JOGOS E BRINCADEIRAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, PROJETO DE CONVIVÊNCIA E PROJETO DE VIDA – PARA MINISTRAR AULAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO)

Questão 16

O recurso é improcedente, conforme o parágrafo 11, do artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 18

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o explícito no conteúdo programático: BNCC (Base Nacional Comum Curricular) – Ensino Fundamental – Anos Finais.

Ademais, de acordo com a p. 137-138 da BNCC: “No campo das práticas investigativas, há uma ênfase nos gêneros didático-expositivos, impressos ou digitais, do 6º ao 9º ano, sendo a progressão dos conhecimentos marcada pela indicação do que se operacionaliza na leitura, escrita, oralidade”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 22

O recurso é improcedente, pois conhecimento é o saber, ou seja, os assuntos ou instrumentos que se deve dominar para desempenhar as atividades no nível de excelência. Conhecimento – ato ou efeito de conhecer. Informação. Ciência. Habilidade – é o saber fazer, isto é, a aptidão ou a capacidade para saber algo. Atitude – é o fazer, podendo ser traduzido pela capacidade que a pessoa tem de traduzir na prática seus conhecimentos técnicos e de suas habilidades pessoais. Postura. Reação ou maneira de ser.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 23

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático previsto, especialmente sobre “Etapas do desenvolvimento psicosexual da criança”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está correta, visto que a **discalculia** não é relacionada à ausência de habilidades matemáticas básicas, como contagem, e sim à forma com que a criança associa essas habilidades com o mundo que a cerca. A aquisição de conceitos matemáticos, bem como de outras atividades que exigem raciocínio, é afetada nesse transtorno, cuja baixa capacidade para manejar números e conceitos matemáticos não é originada por lesão ou outra causa orgânica.

A alternativa “B” refere-se à disgrafia.

A alternativa “C” refere-se à dislexia.

A alternativa “D” refere-se à disortografia.

Fonte: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584716/2/Editora%20BAGAI%20-%20Dist%C3%BArbios%20e%20Transtornos%20de%20Aprendizagem.pdf>;

Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar [recurso eletrônico] / Organizadores, Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo. – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 307 (PROFESSOR DE ARTE)

Questão 16

O recurso é improcedente, pois a bibliografia é sugerida, não obrigatória. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um conjunto de diretrizes que orientam o ensino no Brasil, servindo como referência para a educação básica, portanto, trata-se de um referencial necessário para o trabalho de todos os profissionais da educação em suas respectivas áreas.

Fonte: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. 5ª a 8ª Série. Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília.MEC/ SEF, 1997.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 25

O recurso é improcedente, pois a Bibliografia é sugerida, não obrigatória. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um conjunto de diretrizes que orientam o ensino no Brasil, servindo como referência para a educação básica, portanto, trata-se de um referencial necessário para o trabalho de todos os profissionais da educação em suas respectivas áreas.

Fonte: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. 5ª a 8ª Série. Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília.MEC/ SEF, 1997.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 26

O recurso é improcedente, pois todas as proposições são corretas, conforme segue:

“Entende-se o estudante na escola como um produtor de cultura em formação. A escola deve incorporar o universo jovem, trabalhando seus valores estéticos, escolhas artísticas e padrões visuais. Não se pode imaginar uma escola que mantenha propostas educativas em que o universo cultural do aluno fique fora da sala de aula. A escola também deve ter propostas de orientação para jovens que ampliem seu repertório estético e os ajudem a posicionar-se criticamente sobre questões da vida artística e social do cidadão. Assim, as aulas de artes visuais devem ajudar o jovem a aprender e ter experiências sobre:

- sua integração e responsabilidade social como cidadão participativo no âmbito da produção e da conduta ética (respeito mútuo, solidariedade, diálogo, justiça) em artes visuais;
- sua inserção no universo da arte, valorizando e respeitando a produção de artistas homens e mulheres, jovens e idosos das diversas culturas;
- sua autoimagem a ser continuamente reinterpretada e reconstruída com base em conquistas pessoais e no confronto crítico com imagens veiculadas pelas diversas mídias;
- o olhar crítico que se deve ter em relação à produção visual e audiovisual, informatizada ou não, selecionando as influências.

Ademais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um conjunto de diretrizes que orientam o ensino no Brasil, servindo como referência para a educação básica, portanto, trata-se de um referencial necessário para o trabalho de todos os profissionais da educação em suas respectivas áreas.

Fonte: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. 5ª a 8ª Série. Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/ SEF, 1997. pg.64.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 29

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo.

“Avaliação

Avaliar é uma ação pedagógica guiada pela atribuição de valor apurada e responsável que o professor realiza das atividades dos alunos. Avaliar é também considerar o modo de ensinar os conteúdos que estão em jogo nas situações de aprendizagem. Avaliar implica conhecer como os conteúdos de Arte são assimilados pelos estudantes a cada momento da escolaridade e reconhecer os limites e a flexibilidade necessários para dar oportunidade à coexistência de distintos níveis de aprendizagem em um mesmo grupo de alunos. Para isso, o professor deve saber o que é adequado dentro de um campo largo de aprendizagem para cada nível escolar, ou seja, o que é relevante o aluno praticar e saber nessa área”.

Ademais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um conjunto de diretrizes que orientam o ensino no Brasil, servindo como referência para a educação básica, portanto, trata-se de um referencial necessário para o trabalho de todos os profissionais da educação em suas respectivas áreas.

Fonte: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. 5ª a 8ª Série. Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/ SEF, 1997. pg.53 e 54:

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 308 (PROFESSOR DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS)

Questão 20

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 20, anulando-a.

CARGO 309 (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA)

Questão 24

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de ROSSETTO JUNIOR, A. J.; COSTA, C. M.; D'ANGELO, F. Práticas pedagógicas reflexivas em esporte educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2008.

Conteúdos atitudinais dizem respeito a valores, atitudes e normas e, da mesma forma, se relacionam com a maneira como um indivíduo atua e convive em sociedade. Portanto, a tomada de decisão diz respeito a escolhas que, no conceito atitudinal, tem relação com o comportamento e convívio. Em uma procura rápida nas bases científicas há uma série de artigos que discorrem sobre a tomada de decisão ética, o que ratifica o exposto.

Ademais, segue abaixo a correção das alternativas para cotejo:

A alternativa "A" é **incorreta** porque cooperação é atitudinal, respeito é atitudinal e conhecimento de jogos que os pais brincaram é conceitual.

A alternativa "B" é **incorreta** porque honestidade é atitudinal e saltos é procedimental e cumprimento de regras é atitudinal.

A alternativa "C" é a única **correta** porque tomada de decisão é atitudinal, corrida" é procedimental e noção espacial é conceitual.

A alternativa "D" é **incorreta** porque galopes é procedimental, conhecimento das normas é conceitual e responsabilidade é atitudinal.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 26

O recurso é improcedente, pois o documento Base Nacional Comum Curricular, um dos principais norteadores da educação nacional e sustentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, discorre sobre as práticas corporais na educação física e as categoriza em unidades. Com relação à ginástica, o próprio documento trata como "Ginásticas", diante da gama de possibilidades que esta prática oferece. Tanto que a distingue em (a) ginástica geral; (b) ginásticas de condicionamento físico; e (c) ginásticas de conscientização corporal. Cada uma delas é detalhada, envolvendo diferentes tipologias. O professor de educação física deve, minimamente, reconhecer as diferentes vertentes.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de ROSSETTO JUNIOR, A. J.; COSTA, C. M.; D'ANGELO, F. Práticas pedagógicas reflexivas em esporte educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2008.

Conteúdos procedimentais têm a ver com execução, realizar ações, ao passo que conteúdos conceituais têm relação com conceitos, princípios, informações. O verbo confeccionar demonstra a ação, portanto execução, confirmando a dimensão procedimental. Uma busca simples sobre os sinônimos do verbo identificar levará às palavras conhecer, reconhecer, distinguir, diferenciar, dentre outras, reforçando a dimensão conceitual.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais 4^a ed. Barueri: Manole, 2019.

O infarto do miocárdio é uma doença de ordem cardiovascular, a fibrose cística é uma doença de ordem pulmonar, o câncer e a hemofilia são doenças de ordem imunológica e hematológica.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 310 (PROFESSOR DE GEOGRAFIA)

Questão 16

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem 11.9. “não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo. 11.9.2. Fora do prazo estabelecido. 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente. 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 11.9.5. Contra terceiros. 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. 11.11. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 25

O recurso é improcedente, pois o candidato chama a atenção para possíveis equívocos nas proposições II e III, indicadas como corretas, utilizando-se de bibliografia sugerida e por outras bibliografias.

No capítulo 2 do livro de Ross, escrito por José Conti e Sueli Fulan, diferencia o impacto das queimadas ocorrido no estrato arbóreo-lenhoso do estrato herbáceo.

Segundo os autores, “*para o estrato arbóreo, o fogo é um fator limitante do seu desenvolvimento, enquanto para muitas espécies do estrato herbáceo o fogo é um estimulante do seu rebrotamento e em alguns casos age como estimulante da floração*”. (pág. 152). Mais adiante os mesmos autores afirmam que “*o fogo promove o rebrotamento de várias espécies do estrato herbáceo, criando habitats para a ema e o veado-campeiro*” (pág. 183). Dito isso, as afirmativas II e III trabalham justamente para diferenciar o impacto do fogo no estrato arbóreo do estrato herbáceo, assim como fazem os autores supracitados.

Em “*Efeitos do regime do fogo sobre a estrutura de comunidades de cerrado: Efeitos do regime do fogo sobre a estrutura de comunidades de cerrado: Resultados do Projeto Fogo*” (MMA, Ibama), a autora apresenta diversas pesquisas sobre o impacto do fogo no cerrado. Na pág 79 ela escreve sobre os severos impactos do fogo no estrato arbóreo: “*Os resultados desses estudos sugerem que queimadas sucessivas, realizadas em agosto, meados da estação seca, independentemente da frequência (anual, bienal ou quadrienal), podem causar danos severos similares para a vegetação lenhosa de Campo Sujo, talvez, devido ao pequeno porte dos indivíduos do estrato arbóreo-arbustivo*”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 27

O recurso é improcedente, pois Brasília, embora seja a capital federal do Brasil e desempenhe um papel político e administrativo crucial, de fato exerce uma influência mais voltada para o cenário nacional e internacional, dada sua posição como sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Sua importância é inegavelmente estratégica para o governo federal e o funcionamento do país, mas, em termos de ser uma metrópole regional, ela não tem a mesma relevância para as economias ou dinâmicas locais do que outras grandes cidades.

Por outro lado, Goiânia, sendo a capital de Goiás, exerce uma influência muito mais profunda sobre sua região imediata, principalmente no que diz respeito a aspectos econômicos, culturais e sociais. Como centro urbano de um estado com uma economia forte, especialmente nos setores de agronegócio e comércio, Goiânia tem um impacto direto sobre as cidades vizinhas e sobre o Centro-Oeste como um todo. Além disso, a cidade é um polo comercial, de serviços e educação para a região, enquanto Brasília, por

ser mais voltada para funções políticas e governamentais, tem uma influência mais concentrada em outras esferas, como na política pública e nas decisões nacionais.

Portanto, no que diz respeito à influência sobre as dinâmicas regionais e locais, Goiânia tem uma presença mais marcante, enquanto Brasília é mais relevante como a capital do país, com um foco maior em assuntos de abrangência nacional.

Segundo THÉRY e MELLO, em “Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território”, tratando sobre a área de atração das metrópoles brasileiras diz que *“as outras cidades dessa categoria são, sem surpresa, os municípios centrais das outras regiões metropolitanas de primeira hierarquia, à exceção de Belém, a menor entre elas, e com acréscimo de Goiânia, que irradia amplamente sobre o restante do Centro-Oeste e sobre algumas porções da Amazônia e do Nordeste. Goiânia drena uma área bem mais importante que Brasília, que figura apenas na segunda categoria e que, decididamente, assume mais o papel de capital federal que de metrópole regional”* (pág. 177).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 311 (PROFESSOR DE HISTÓRIA)

Questão 21

O recurso é improcedente, pois, de fato, houve uma falha na digitação, visto que onde constou “nas cidades de ventre escravizado”, deveria ter constado “nascidas de ventre escravizado”. Posto isso, o debate sobre a existência de um teor geográfico da lei, bem como jurídico – não há possibilidade de cidades de ventre livre e outras de ventre cativo – não são o escopo da questão.

A partir do recurso a banca foi analisar se a questão deveria ser anulada por essa alternativa se tornar totalmente errada e haver impossibilidade de resposta correta, ou mesmo, haver outra alternativa que poderia ser correta. Não ficou claro na exposição do recurso se o pedido versa sobre a anulação, ainda assim, a Banca partiu desse pressuposto, de forma que, para a anulação, ou seja, para um ato que poderia mudar o resultado da prova, deve-se ter uma materialidade.

O primeiro passo dessa materialidade seria a apresentação generalizada de recursos, o que não foi o fato. Há apenas um recurso apresentado, o que faz a Banca crer que todos/todas demais candidatos/candidatas não tiveram um prejuízo significativo na leitura.

O segundo passo é retomar cada uma das alternativas e pensar sobre a pertinência em relação à questão e à historiografia. Dessa forma, é possível pensar o grau de comprometimento do equívoco.

Alternativa “A”: Há a informação de Abolição imediata e tal fato não ocorreu, evidenciando a condição que as crianças estariam submetidas a partir da Lei do Ventre Livre. Aqui foi demandado que se compreendesse do(a) candidato(a) sua leitura sobre a dimensão da lei.

Alternativa “B”: Nesta alternativa, colocada em xeque, fica evidenciada a questão de que as crianças ainda estariam submetidas ao trabalho compulsório. Importante que essa é a parte central da alternativa e não foi comprometida com o erro material.

Alternativa “C”: Aqui deveria ser lido que o ideal humanístico não aparece, trata-se de um processo de desapropriação, portanto, é necessário o pagamento de indenização. Localizar essa cobrança no texto da lei era fundamental.

Alternativa “D”: Ainda que haja grande debate sobre a Lei, tanto pelo aspecto da desapropriação, como pela aplicação, não é possível falar de auge do movimento abolicionista. As lutas que se seguiram, especialmente nas alforrias na Justiça, no debate da Lei de 1885, na proibição do tráfico interno e no fim das penas físicas são muito mais significativas do ponto de vista jurídico. Também há, muito mais significativo também, no final da década e nos anos de 1880, um intenso movimento abolicionista, engajado na causa para além dos aspectos legais. A Banca entendeu que o próprio recurso demonstra essa linha de raciocínio, excluindo a questão.

Por todo o explicitado e ciente de que sim, houve um erro material, mas que não comprometeu a questão a ponto de ser anulada, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 27

O recurso é improcedente, pois o candidato pede a alteração do gabarito, tornando a alternativa “D” correta, contudo, sem fundamento, conforme se vê a seguir.

Primeiro, o comando da questão pede que o candidato analise a letra da canção “O maior presidente”, originalmente gravada em 1950. Portanto, a questão trata a letra como fonte histórica, não podendo descolar ela de seu momento de produção. Isso aplica-se a todas as fontes da prova e é um entendimento

metodológico da Banca. Dessa forma, assim como nas demais questões, além de um elemento interpretativo textual, é necessário que se pense a crítica ao documento. Esses dois movimentos são parte do saber que constitui o fazer histórico como profissão, seja atuando diretamente como historiador(a), seja como docente. Importante que se frise esse ponto, pois não é uma prova de seleção para ingresso no Ensino Superior, mas sim uma prova para quem tem a licenciatura em História.

Segundo, sendo uma música de ode a Getúlio Vargas – e era necessário esse entendimento – questões que versem sobre algum tipo de crítica ao seu governo não aparecem; pelo contrário, seguindo um discurso oficial getulista. Tanto a associação à nação, como ao trabalhador e à construção do grande líder são pilares fundamentais desse processo. De pronto, isso torna a alternativa “A” incorreta. A ideia era justamente que fosse a primeira alternativa a ser desconsiderada.

Terceiro, a canção traz a figura do operário e ela é significativa no contexto. Esse ponto está presente no recurso de maneira muito pertinente. Já que o trabalhador urbano – operário – e não o camponês está citado na canção, não há como a alternativa B estar correta. Mais ainda, não há elementos na canção sobre a questão da harmonia racial, que sim, estava presente, sobretudo a partir de leituras específicas de Gilberto Freyre e da Antropologia Cultural da época. A canção não apresenta esse ponto, o que a Banca mencionou para entender se também houve atenção não apenas ao contexto, mas ao documento em si.

Quarto, a alternativa correta, a “C”, caminha no sentido de apresentar elementos que estão na canção e fazem parte do momento histórico de propaganda oficial. Há de pronto, no primeiro verso, a figura do operário. Retomamos o que já foi apresentado, que o trabalhador urbano, operário, é fundamental nesse contexto discursivo. A ideia de sua emoção é uma associação a Vargas, ou seja, é parte do contexto do trabalhismo brasileiro da época. Não há, evidente, um tensionamento sobre o que a historiografia apresenta hoje: os direitos sociais são frutos das pressões sociais. Há também a ideia de Nação, grafada em maiúsculo, num movimento de unidade nacional, da qual Vargas seria figura chave. Por fim, a leitura do trecho deixa evidente que Vargas – “monumento” – é tratado com toda distinção, “o maior presidente”, corroborando com o personalismo.

Quinto, como o próprio recurso atesta, não há menção direta ao trabalhismo. Sim, a menção está em como a relação Vargas e operário é construída. Aqui cabe a interpretação. A figura do operário é mencionada apenas no começo, como expectador emocionado, não há protagonismo. O processo de construção do herói está centrado na imagem de Getúlio Vargas e não no trabalhador. É verdade que outras peças publicitárias, especialmente no Estado Novo, vão caminhar no sentido de valorização de um determinado tipo de trabalhador, mas não aqui. Sendo assim, não cabe pensar que esta alternativa está correta, em consonância com a canção.

Por tudo apresentado, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 313 (PROFESSOR DE MATEMÁTICA)

Questão 27

O recurso é improcedente, pois a questão claramente fala que o silo está **com** 40% de sua capacidade máxima, e não **a** 40%, logo, o silo está 40% cheio e faltam 60% para ele completar, que seria a resposta de “assinale a alternativa que apresenta o volume de grãos, em m^3 , que ainda pode ser armazenado no silo”.

Deste modo, primeiro, deve-se calcular a capacidade total do silo. $V = 3,14 \cdot 2,5^2 \cdot 10 = 196,25m^3$. Como faltam 60% para completar o Silo, tem-se que 60% de $196,25 = 117,75m^3$, conforme a alternativa “B”, única correta.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CARGO 314 (PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA)

Questão 26

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “C”, mas sem fundamentação normativa. O pronome “você”, de uso frequentemente coloquial, quanto aos correspondentes verbais e pronominais, possui o mesmo valor de “ele”. Portanto, o pronome que lhe corresponde a “consigo” e não “contigo”, já que este se aplica ao pronome pessoal “tu”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social